

PROJETO DE LEI

INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ decreta:

TÍTULO I

DA POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO ANIMAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Proteção Animal, consistente no estabelecimento de normas destinadas à proteção, à defesa e à preservação dos animais no Estado do Ceará, observados os objetivos e diretrizes desta Lei.

Art. 2º Fica instituído o Conselho Estadual de Proteção e Bem-Estar Animal, com o objetivo de realizar a articulação integrada entre os órgãos federais, estaduais e municipais, comissões de ética no uso de animais, e entidades protetoras da sociedade civil para atuar em cooperação técnica administrativa ou operacional por meio de instrumentos de convênios, acordos ou compromissos assumidos entre as partes, visando a proteção e o bem-estar animal.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, entende-se como:

- I - Abate: Conjunto de procedimentos técnicos e científicos que objetivam a morte do animal para consumo humano ou para aproveitamento comercial;
- II - Animal abandonado: todo animal não mais desejado por seu responsável legal e deixado desamparado, forçadamente, de cuidados, guarda, vigilância ou autoridade, inclusive aqueles deixados nas residências após mudança de domicílio de seus responsáveis legais ou decorrente de viagem prolongada, ficando assim incapaz de se defender dos riscos resultantes do abandono;
- III - Animais apreendidos: todo e qualquer animal capturado pelos órgãos de fiscalização competentes, pelas polícias, militar ou civil, pelo delegado ou outra autoridade competente, ou, ainda, pelo órgão responsável pelo controle de zoonoses, compreendendo-se a apreensão desde a sua captura e correspondente transporte e, ainda, respectivo alojamento nas dependências do órgão capturador;
- IV - Animais para abate: são mamíferos (bovídeos, equídeos, suídeos, ovínos, caprinos e lagomorfos) e aves domésticas, bem como os animais silvestres criados em cativeiro, abatidos em estabe-

cimentos sob inspeção veterinária, cuja finalidade seja para o consumo humano ou aproveitamento comercial;

V - Animais de companhia: qualquer animal detido ou destinado a ser detido por seres humanos, exclusivamente no seu lar, para seu entretenimento e companhia;

VI - Animais de interesse econômico: todo aquele considerado animal de produção ou aqueles cuja finalidade seja esportiva e que gere divisas, renda e empregos, mesmo que sejam também considerados como animais de produção;

VII - Animais de produção: todo aquele cuja finalidade da criação seja a obtenção de carne, leite, ovos, lã, pele, couro e miúo ou qualquer outro produto com finalidade comercial;

VIII - Animais domésticos ou domesticados: aqueles que, por meio de processos tradicionais e sistematizados de manejo ou melhoramentos zootécnicos, tornaram-se dependentes do homem, apresentando características biológicas e comportamentais em estreita relação com ele, podendo apresentar fenótipo variável, diferente da espécie silvestre que os originaram;

IX - Animais sinantrópicos nocivos: fauna sinantrópica que interage de forma negativa com a população humana, causando-lhe transtornos significativos de ordem econômica ou ambiental, ou que represente riscos à saúde pública;

X - Fauna sinantrópica: aqueles animais que utilizam recursos de áreas antrópicas, de forma transitória em seu deslocamento, como via de passagem ou local de descanso; ou permanente, utilizando-as como área de vida.

XI - Contenção: é a aplicação de um meio ou conjunto de meios pelo qual se limita temporariamente alguns ou todos os movimentos do animal;

XII - Eutanásia: indução da cessação da vida, por meio de método tecnicamente aceitável e cientificamente comprovado, realizado, assistido e/ou supervisionado por médico veterinário, para garantir uma morte sem dor e sofrimento ao animal;

XIII - Fauna silvestre exótica: são aqueles animais pertencentes às espécies ou subespécies cuja distribuição geográfica não inclui o Território Brasileiro e suas águas jurisdicionais e as espécies ou subespécies introduzidas pelo homem, inclusive domésticas, em estado asselvajado ou alçado.

XIV - Fauna silvestre nativa: todo animal pertencente a espécie nativa, migratória e qualquer outra não exótica, que tenha todo ou parte do seu ciclo de vida ocorrido dentro dos limites do território brasileiro ou águas jurisdicionais brasileiras.

XV - Guarda responsável: toda conduta praticada por um responsável legal ou proprietário que implique em acolher o animal, respeitando suas necessidades essenciais concernentes a uma sobrevivência digna, resguardados, sempre, os seus direitos;

XVI - Insensibilização: é o processo ou procedimento aplicado intencionalmente ao animal para promover um estado de inconsciência e insensibilidade, podendo ou não provocar morte instantânea;

XVII - Maus tratos: expor a perigo ou causar dano à vida, à saúde, à integridade física ou psíquica, e ao bem-estar do animal e/ou do ninho, mesmo que para fim de manejo, treinamento ou condicionamento, quer privando-o de alimentação, cuidados ou ambiente adequado, quer sujeitando-o a trabalho excessivo ou inapropriado às características da espécie, quer abusando de meios de correção, disciplina ou incentivo, por dolo ou culpa;

XVIII - Protetor independente: qualquer pessoa física que se dedique à coleta, proteção e guarda temporária ou definitiva de animais;

XIX - Protocolo Internacional de Captura, Esterilização e Devolução - CIED: é o ato de capturar, esterilizar e devolver os animais em situações de abandono ao local onde ocorreu a captura;

XX - Responsável legal: qualquer pessoa física ou jurídica que detenha, de forma temporária ou definitiva, a guarda a qualquer título e/ou propriedade de um determinado animal.

XXI - Zoonose: qualquer doença ou infecção, naturalmente transmissível, direta ou indiretamente, entre animais vertebrados e o homem;



CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos da Lei Estadual de Proteção dos Animais:

- I - estabelecer políticas de bem-estar animal destinadas a promover o desenvolvimento sustentável, bem como sensibilizar os diversos atores sociais quanto à necessidade de proteção e respeito aos direitos dos animais;
- II - proporcionar assistência aos animais e aos seus responsáveis, por intermédio de ações de promoção, proteção e abrigos para adoção de animal doméstico;
- III - proporcionar assistência aos animais silvestres e reabilitação para sua soltura na natureza, sempre que possível;
- IV - desenvolver as ações de educação ambiental sobre a fauna junto à sociedade, buscando sensibilizá-la sobre a responsabilidade da guarda dos animais, a necessidade de conservação e respeito à fauna urbana e silvestre;
- V - fomentar ações para a adoção responsável de animais abandonados;
- VI - elaborar e desenvolver projetos ou programas, em parceria com instituições de ensino, pesquisa e de proteção aos animais para a busca de alternativas e a implementação de ações para o controle populacional da fauna doméstica das cidades, entre outras ações destinadas à promoção dos direitos dos animais e à sua proteção;
- VII - elaborar e desenvolver projetos ou programas, em parceria com instituições de ensino, pesquisa e de proteção aos animais, buscando o desenvolvimento de ações que promovam a proteção e o monitoramento da fauna silvestre e o ambiente onde vivem, entre outros.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 5º A Política Estadual de Proteção Animal será pautada nas seguintes diretrizes:

- I - proteção das integridades física e psíquica, da saúde e da vida dos animais;
- II - prevenção, visando o combate aos maus tratos a animais e aos abusos de qualquer natureza;
- III - resgate e recuperação de animais abandonados, vítimas de crueldades ou que se encontraram em situações de risco em virtude de catástrofes naturais ou em decorrência de atos humanos;
- IV - controle populacional de animais domésticos, especialmente de cães e gatos;
- V - criação, manutenção e atualização de registro de identificação das populações de animais do Estado;
- VI - cadastro de organizações não-governamentais de proteção animal, legalmente constituídas;
- VII - estímulo a criação de áreas de soltura de animais silvestres nativos da fauna cearense.

CAPÍTULO IV DAS CRUELDADE E MAUS TRATOS E VEDAÇÕES

Art. 6º Consideram-se maus tratos para os fins desta Lei:

- I - praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal, comprometendo a sua integridade sanitária, física, psicológica e comportamental;
- II - manter animais em local anti-higiênico, completamente desprovido de asseio, sem acesso a alimentação ou que lhes impeçam a movimentação, o descanso ou os privem de ar e luminosidade;

§ 5º Em se tratando da entrega de animais vivos para a alimentação de outros, conforme inciso XV, a mesma não se aplica nas situações de casos específicos de acordo com a biologia das espécies e na reabilitação de animais silvestres para posterior soltura, onde a alimentação com presa viva é necessária.

Art. 7º São vedadas quaisquer práticas que coloquem em risco a fixação ecológica da fauna ou que possam provocar a extinção das espécies, submeter os animais a crueldade, bem como:

I - praticar ato de maus-tratos, ferir ou matar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos;

II - qualquer forma de divulgação e propaganda que estimule ou sugira qualquer prática de maus-tratos ou crueldade contra os animais;

III - eutanasiar animais com venenos ou outros métodos não preconizados pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA ou pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV;

IV - criar e/ou manter animais da fauna silvestre sem prévia licença do órgão responsável, ou documento que comprove a origem legal do animal;

V - capturar, reter ou matar intencionalmente espécimes da fauna silvestre, bem como, comercializar suas partes ou produtos, causar danos às mesmas e/ou ao seu habitat;

VI - utilização de animais para fomento como "brinde" ou decoração;

VII - exercer a venda ambulante de animais para menores desacompanhados por responsável legal;

§ 1º A realização da eutanásia somente poderá ser realizada mediante indicação de médico veterinário, devendo ser por ele assistida e seguindo as prerrogativas da legislação vigente.

§ 2º A captura, retenção a que se refere o inciso V só será permitida nos casos de animais que estejam aguardando o resgate pelo órgão competente, nas atividades de manejo de fauna silvestre no âmbito das licenciamentos ambientais (Levantamento, Monitoramento, Salvamento, Resgate e Destinação), nos resgates envolvendo acidentes, ou nos casos de criação de espécimes da fauna silvestre autorizada pelo órgão ambiental competente.

§ 3º A comercialização a que se refere o inciso V só será permitida em logradouros e eventos agropecuários com prévia autorização do órgão competente, nos casos da criação de abelhas e na pesca regulamentada.

TÍTULO II
DOS ANIMAIS EM ESPÉCIE
CAPÍTULO I
DOS ANIMAIS SILVESTRES

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 8º Os animais silvestres deverão, prioritariamente, permanecer em seu habitat natural.

Parágrafo único. Para a efetivação desse direito, seu habitat deve ser, o quanto possível, preservado e protegido de qualquer violação, interferência ou impacto negativo que comprometa sua condição de sobrevivência.

Art. 9º Os animais silvestres de qualquer espécie, em qualquer fase de seu desenvolvimento, bem como os seus ninhos, ovos, abrigos, criadouros naturais, habitats e ecossistemas necessários à sua sobrevivência, deverão ser preservados conforme preceituam as legislações vigentes.

- III – obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento para deles obter esforços que, razoavelmente, não se lhes possam exigir sendo com castigo;
- IV – golpear, ferir ou mutilar, voluntariamente, qualquer órgão ou tecido, exceto para a castração ou operações outras praticadas em benefício exclusivo do animal, ou em casos de legítima defesa;
- V – abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrá-lhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária;
- VI – abandonar animais em parques, praças, Unidades de Conservação e outros logradouros públicos ou privados, sob quaisquer circunstâncias;
- VII – não dar morte rápida e indolor a todo animal cujo abate seja necessário para o consumo humano, de acordo com a norma técnica vigente;
- VIII – não propiciar morte rápida e indolor a todo animal cuja eutanásia seja recomendada por profissional habilitado e por este executada, de acordo com a norma técnica vigente;
- IX – prender animais atrás dos veículos motorizados ou atados às caudas de outros;
- X – encerrar em curral ou outros lugares, animais em número tal que não lhes seja possível moverem-se livremente, ou deixá-los sem água e alimento por mais de 12 (doze) horas;
- XI – ter animais encerrados com outros que os aterrorizem ou molestem;
- XII – ter animais destinados à venda em locais que não refinam as condições de higiene e comodidades relativas, devendo ser respeitadas as diretrizes vigentes;
- XIII – expor em locais de venda aves em gaiolas, sem que se façam nestas a devida limpeza e renovação de água e alimento, por mais de 10 (dez) horas;
- XIV – engordar aves mecanicamente;
- XV – despelar ou depenar animais vivos ou entregá-los vivos à alimentação de outros;
- XVI – ministrar ensino a animais com maus-tratos;
- XVII – exercitar tiro ao alvo em qualquer animal;
- XVIII – realizar ou promover lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes, corridas de cães, touradas e simulacros de touradas, ainda que em lugar privado;
- XIX – utilizar aves e outros animais nas casas de espetáculo e exibição, para tirar sortes ou realizar acrobacias;
- XX – transportar ou negociar, em qualquer época do ano, aves insetívoras, pássaros carorós, beija-flores e outras aves de pequeno porte, sem autorização dos órgãos competentes;
- XXI – manter soltos animais em vias e logradouros públicos os quais possam submetê-los a riscos ou em locais de livre acesso ao público sem a supervisão do seu responsável;
- XXII – venda de animais em áreas públicas, estacionamento privados, ambientes escolares e/ou qualquer outro local que coloque em risco a integridade física, sanitária, comportamental e/ou psicológica desses animais;
- XXIII – utilização de animais em apresentações artísticas, circenses, ou qualquer outra atividade que coloque em risco a integridade física, sanitária, comportamental e psicológica desses animais;
- XXIV – empregar o uso de linhas, tinturas e sprays nos animais, exceto nos casos de marcação para pesquisas e serviços nas áreas de inventário, resgate, cultura, manejo, criação, vigilância zoológica e conservação da fauna silvestre nativa e exótica;
- § 1º Poderão ser considerados maus tratos outras práticas não elencadas neste artigo, que possam implicar sofrimento físico, psíquico ou emocional ao animal, assim atestadas por médico veterinário vinculado a um órgão ambiental, de fiscalização ou judicial.
- § 2º A regra prevista no inciso II, com relação à movimentação e descanso dos animais, não se aplica em eventos agropecuários previamente autorizados pelo órgão competente.
- § 3º A regra prevista no inciso XXII não se aplica em eventos agropecuários previamente autorizados pelo órgão competente.
- § 4º A regra referida no inciso X não se aplica aos estabelecimentos de abate, que deverão seguir a legislação vigente para cada espécie preconizada.

Art. 10. Compete ao Estado estabelecer diretrizes para a proteção e conservação da fauna silvestre, bem como realizar o cadastro e fiscalização.

Art. 11. O Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres - CETRAS deverá atender, prioritariamente, os animais silvestres vítimas de tráfico, maus tratos, abandono, acidentados, apreendidos e entregues espontaneamente, devidamente encaminhados por autoridade ambiental, policial ou judicial competente.

Art. 12. As autorizações para supressão vegetal deverão ser condicionadas à execução de um Plano de Manejo de Fauna na Etapa de Salvamento, Resgate e Destinação quando assim requerido pelo órgão ambiental competente, com o fim de salvaguardar a vida e o bem-estar dos animais, bem como os ninhos, abrigos ou criadouros naturais.

Art. 13. Quanto à destinação e soltura dos espécimes da fauna silvestre resgatados, apreendidos e entregues espontaneamente, as mesmas seguirão as diretrizes estabelecidas em instrumento próprio pelos órgãos ambientais.

Art. 14. Fica vedado o extermínio de colmeias e abelhas utilizando métodos de incineração, aplicação de inseticidas ou outros que não sigam normas específicas.

Art. 15. Para atendimento aos propósitos desta Capítulo, fica instituído o Programa de Proteção à Fauna Silvestre, que compreende um conjunto de ações destinadas à proteção e conservação das espécies, com vistas a manutenção da biodiversidade necessária ao equilíbrio do meio ambiente.

Parágrafo único. Instrumento próprio regulamentará as diretrizes e objetivos do Programa de Proteção à Fauna Silvestre.

Art. 16. Fica o Poder Executivo do Estado do Ceará autorizado a criar projetos públicos e/ou fomentar e incentivar projetos privados, no âmbito do Programa de Proteção à Fauna Silvestre.

Art. 17. A Secretaria do Meio Ambiente - SEMA deverá publicar, a cada 4 (quatro) anos ou antes, conforme necessidade, lista atualizada de espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção, de acordo com metodologia prevista e reconhecida, e subsidiará campanhas educativas visando sua divulgação.

Seção II

Da Exibição e da Comercialização de Animais Silvestres

Art. 18. Animais silvestres em atendimento ou em internação em hospitais e clínicas veterinárias não poderão ser objeto de exposição, nem visitação e manipulação por pessoas que não façam parte da equipe técnica dos estabelecimentos.

Art. 19. É vedada a realização de qualquer forma de competição envolvendo animais da fauna silvestre, exceto em torneios de canto de aves da ordem passeriformes, devidamente autorizados pelo órgão competente.

Parágrafo único. Nos casos das competições de torneios de canto de aves da ordem passeriformes, os animais devem possuir GTA (Guia de Trânsito Animal).

Art. 20. A comercialização e a exposição de animais em empreendimentos de fauna silvestre autorizados no Estado do Ceará deverão respeitar norma estadual específica.



§1º Fica proibida a exposição e/ou a manutenção de animais silvestres em estabelecimento comercial, exceto naqueles estabelecimentos devidamente licenciados com a finalidade de venda dos animais.

§2º Quando conflagrado ato de maus-tratos contra o animal, as autorizações ou licenças deverão ser imediatamente suspensas, perdendo sua validade em todo o território cearense.

§3º Os empreendimentos somente poderão comercializar animais silvestres com identificação adequada a cada espécie, para controle de origem do animal (criador) e informações do comprador (destino).

CAPÍTULO II

DA FAUNA SILVESTRE EXÓTICA

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 21. Consideram-se espécies da fauna exótica cearense aquelas cuja distribuição geográfica original não inclui o território cearense e suas águas jurisdicionais, ainda que introduzidas, pelo homem ou espontaneamente, em ambiente natural, inclusive as espécies asselvajadas e excetuadas as migratórias.

Art. 22. A introdução de espécies exóticas só poderá ser realizada mediante prévia autorização do órgão competente, excetuando as espécies exóticas consideradas domésticas que não necessitam de autorização para a criação.

Art. 23. Todo vendedor de animais pertencentes à fauna exótica deverá possuir certificado de origem desses animais e licença atualizada de importação fornecida por autoridade responsável, bem como as demais licenças/autorizações exigidas em lei.

Parágrafo único. No caso do vendedor ou possuidor não apresentar a licença de importação, o animal será confiscado e encaminhado pelo órgão competente que realizou a apreensão ao CEIRAS no Ceará, ou a CEIRAS de outro ente federativo, que adotará as medidas pertinentes de destinação.

Seção II

Da Comercialização e Controle

Art. 24. Estabelecimentos que promovam a comercialização de animais exóticos só poderão funcionar mediante autorização emitida pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, devendo manter banco de dados com registro dos nascimentos, óbitos, vendas e permutas dos animais, com detalhamento dos adquirentes ou beneficiários de permutas e doações.

Parágrafo único. Os empreendimentos de fauna passíveis de autorização que comercializem animais exóticos, são autorizados a reproduzir os espécimes, devendo comprovar a origem dos espécimes matrizes e registro de nascimento em sistema informatizado de controle.

Art. 25. O estabelecimento deverá possuir cadastro informando a procedência dos animais expostos à comercialização, através de GTA (Guia de Trânsito Animal), e Nota Fiscal ou outros documentos que garantam a procedência legal do animal, conforme a legislação vigente, bem como fornecer assistência veterinária necessária durante todo o período em que o animal permanecer no estabelecimento.



Art. 26. Os estabelecimentos que promovam a comercialização de animais exóticos devem possuir médico veterinário como responsável técnico para acompanhamento da saúde dos animais e do manejo sanitário, conforme regulamentação vigente.

Seção III

Da fiscalização

Art. 27. A fiscalização relativa ao comércio e ao manejo de animais exóticos será realizada pelos órgãos de fiscalização integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente - SEMA.

CAPÍTULO III

DA CAÇA

Art. 28. São vedadas, em todo território do Estado, quaisquer modalidades de caça, inclusive a:

I - profissional, entendida como sendo aquela praticada com o intuito de auferir lucro com o produto de sua atividade;

II - amadorista ou esportiva, entendida como sendo aquela praticada por prazer, sem finalidade lucrativa, ou de caráter competitivo ou simplesmente recreativo.

§ 1º Fica vedada a morte de quaisquer animais, silvestres ou não, como forma de controle populacional sem a avaliação técnica e autorização do órgão competente, mediante laudo, devendo as autoridades estaduais buscarem meios alternativos, para o manejo e controle de espécies invasoras.

§ 2º A regra prevista no inciso I não se aplica às áreas indígenas demarcadas, sendo garantido ao povo indígena o exclusivo exercício da caça e pesca nas áreas por ele ocupadas.

CAPÍTULO IV

DOS ANIMAIS DE COMPANHIA

Art. 29. É de responsabilidade do responsável legal a manutenção dos animais em perfeitas condições de saúde e bem-estar, devendo prover alojamento e alimentação adequados, de acordo com suas necessidades.

§ 1º O responsável legal deverá adotar as providências necessárias em caso de acidentes, devendo promover a imediata remoção do animal para atendimento médico veterinário, sob pena de incorrer em abandono e consequente caracterização de maus tratos.

§ 2º O responsável legal deverá dar destinação adequada dos dejetos produzidos por seus animais nas vias ou logradouros públicos.

§ 3º O responsável legal fica obrigado a dar uma destinação adequada aos seus animais nos casos de óbito, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 30. Os atos danosos cometidos pelos animais são de inteira responsabilidade de seus responsáveis legais, os quais ficarão sujeitos às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

Art. 31. O responsável legal responsabilizar-se-á por tomar todas as providências necessárias para transferência da tutela responsável, caso não mais seja possível permanecer com o animal, sendo vedado abandonar o animal sob quaisquer justificativas e/ou circunstâncias.

Parágrafo único. A transferência da tutela do animal deverá ser formalizada por meio de documento escrito onde se façam constar as informações referentes ao novo responsável legal, inclusive qualificação e endereço completo, para fins de fiscalização pelo poder público.

Art. 32. É vedado o abrigo de animais domésticos em situação de abandono em Unidades de Conservação de qualquer natureza.

Art. 33. Os animais em atendimento ou em internação em hospitais e clínicas veterinárias não poderão ser objeto de exposições, nem visitação e manipulação por pessoas que não façam parte da equipe técnica responsável pelo atendimento dos mesmos, ou que não tenham autorização para tanto.

Art. 34. Os animais resgatados, vítimas de maus tratos e abusos deverão ser encaminhados aos Centros de Acolhimento e Reabilitação de Animais Domésticos, estaduais, municipais ou de natureza privada, onde serão tomadas as devidas providências.

Seção I

Programa de Proteção à Fauna de Companhia

Art. 35. Fica criado o Programa de Proteção à Fauna de Companhia do Estado do Ceará, com o objetivo de promover o bem-estar, a saúde e a guarda responsável, com responsabilidade compartilhada com os municípios cearenses na busca pelo bem-estar e controle ético da população dos animais.
Parágrafo único. Instrumento próprio regulamentará as diretrizes e objetivos do Programa de Proteção à Fauna de Companhia.

Seção II

Da Comercialização

Art. 36. Os canis e gatos comerciais e Pet Shops com atividade de venda de animais só poderão funcionar mediante cadastro junto ao órgão estadual competente e ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, devendo manter banco de dados com registro dos nascimentos, óbitos, vendas e permutas dos animais, com detalhamento dos adquirentes ou beneficiários de permutas e doações.

Art. 37. O estabelecimento que comercializa animais domésticos deverá possuir cadastro conciso a procedência dos animais expostos à comercialização, bem como fornecer assistência veterinária necessária durante todo o período que o animal permanecer no estabelecimento.

Art. 38. Todo canil e gatil comercial e Pet Shop devem possuir médico veterinário como responsável técnico para acompanhamento da saúde dos animais e do manejo sanitário, conforme regulamentação vigente.

Art. 39. Todo canil, gatil comercial e Pet Shop devem promover o incentivo à adoção de animais resgatados por ONG's e abrigos por meio de parcerias.

CAPÍTULO V

DO TRANSPORTE DOS ANIMAIS

Art. 40. Especificamente quanto ao transporte de animais, é vedado no Estado do Ceará:

- I - fazer viajar um animal a pé ou obrigá-lo a trabalhar além da sua capacidade, que configure atos de abuso ou maus-tratos, em ambos os casos, sem lhes prover descanso adequado, água e alimento;
- II - conservar animais embarcados em pé ou deitados por mais de 6 (seis) horas, sem água e alimento, ficando a cargo dos transportadores, pessoas físicas ou jurídicas, prover esses animais com água e alimentação;

III - conduzir animais, por quaisquer meios de locomoção, inclusive a pé, colocados de cabeça para baixo, de mãos ou pés atados, amarrados ou de qualquer outro modo que lhes produza sofrimento ou estresse;

IV - transportar animais em cestos, gaiolas ou veículos sem as proporções necessárias ao seu tamanho e número de cabeças, ou em meios de condução que não impeçam a saída de qualquer membro do animal;

V - transportar animais fracos, doentes, feridos ou que estejam em período gestacional avançado, salvo em casos de assistência veterinária;

VI - transportar animais de qualquer espécie, sem condições de segurança para quem os transporta;

Parágrafo único. A vedação referente ao inciso II não se aplica nos casos dos animais destinados ao abate e do transporte de animais reabilitados para reprodução.

Art. 41. O deslocamento de animais deve ser realizado, preferencialmente, em horários com temperaturas mais amenas, evitando assim o estresse térmico.

Parágrafo único. Todo veículo de transporte e o responsável legal dos animais deverá oferecer as condições de proteção e conforto adequadas.

Art. 42. A fim de assegurar a saúde e bem-estar dos animais, as transportadoras, em colaboração com os proprietários e/ou gerentes dos estabelecimentos, deverão planejar o transporte de peixes vivos, devendo portar, obrigatoriamente, a GTA de todos os animais.

Parágrafo único. A qualidade da água (especialmente o teor de oxigênio, dióxido de carbono e amônia, pH, temperatura, salinidade) deve ser apropriada à espécie transportada e ao método de transporte.

CAPÍTULO VI DOS ANIMAIS DE PRODUÇÃO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 43. Compete ao Estado apoiar os municípios na implantação de políticas públicas, na fiscalização e a estabelecer diretrizes para a promoção da ética e bem-estar dos animais de produção.

Art. 44. Cabe ao Estado e seus municípios desenvolverem programas e projetos alternativos para a substituição gradual dos animais usados para transporte de cargas por outros meios que permitam a continuação da atividade desempenhada.

Seção II

Da Comercialização

Art. 45. Os estabelecimentos que promovam a comercialização de animais de produção só poderão funcionar mediante cadastro junto aos órgãos competentes, devendo manter banco de dados com registro dos nascimentos, óbitos, vendas e permutas dos animais, com detalhamento dos adquirentes ou beneficiários de permutas e doações.

Art. 46. O estabelecimento deverá possuir cadastro contendo a procedência dos animais expostos à comercialização, através de GTA (Guia de Trânsito Animal) conforme a legislação vigente.



Art. 47. Os estabelecimentos que promovam a comercialização de animais de produção devem possuir médico veterinário como responsável técnico, para acompanhamento da saúde dos animais e do manejo sanitário, conforme legislação vigente.

Seção III

Do Abate de Animais

Art. 48. Os abatedouros frigoríficos deverão empregar métodos científicos e modernos de insensibilização, aplicados antes da sangria, por instrumentos de percussão mecânica, processamento químico, elétrico ou decorrentes do desenvolvimento tecnológico, que impeçam o sofrimento do animal destinado ao consumo, de acordo com a norma técnica vigente.

Parágrafo único. É facultado o abate de animais conforme preceitos religiosos, mediante jugulação cruenta, quando assim exigida por mercados internacionais ou comunidades religiosas a que se destinem seus produtos.

Art. 49. Com relação ao transporte de animais para abate, cabe aos estabelecimentos onde será realizado o abate:

- I - avaliar e monitorar o período total de jejum e de dieta hídrica, da propriedade de origem até o seu desembarque no estabelecimento;
- II - realizar procedimentos e cuidados durante o manejo dos animais nas operações de embarque, transporte, desembarque, descanso e condução até o momento da insensibilização.

Art. 50. Os abatedouros frigoríficos deverão ser dotados de equipamentos de contenção que se ajustem aos animais para cada situação, em função das variações de peso e tamanho dos animais de uma mesma espécie, e que se adequem ao tipo de insensibilização aplicado no local.

Art. 51. Os funcionários dos abatedouros frigoríficos devem ser capacitados para proporcionar o bem-estar animal e fazer a utilização correta dos equipamentos de insensibilização e de imobilização dos animais, sob a supervisão de médico veterinário, que será o responsável pelas ações realizadas no local e terá autonomia para agir em caso de procedimentos incorretos.

Art. 52. É vedado:

- I - empregar marreta, picada no bulbo (cheupa), facada no coração, bem como mutilação ou qualquer método considerado cruel para o abate;
- II - o abate de fêmeas em período de gestação avançado ou daquelas cujo parto tenha sido recente (até 10 dias), devendo ser atestado por médico veterinário competente;
- III - não dar morte rápida e indolor a todo animal cujo abate seja necessário para o consumo humano, de acordo com a norma técnica vigente;
- IV - espancar os animais ou erguê-los pelas patas, chifres, orelhas, pelos ou cauda de forma que ocasione dor ou sofrimento desnecessário.

§ 1º Fica autorizado, nos casos das aves e lagomorfos, erguê-los pelos membros posteriores somente durante a pendura.

§ 2º O abate de animais para atender preceitos religiosos somente será permitido desde que sejam destinados ao consumo por comunidade religiosa que os requeira ou ao comércio internacional com países que façam essa exigência, sempre atendidos os métodos de contenção dos animais e desde que não incorra em maus-tratos e tortura.

CAPÍTULO VII

DOS ANIMAIS SINANTRÓPICOS

Art. 53. O manejo e o controle dos animais silvestres que comprovadamente causarem danos ambientais, econômicos ou sanitários, incluindo captura e retirada de ninhos ou colônias, só poderão ser efetuados quando todas as medidas de manejo tiverem sido esgotadas, devendo ser autorizadas previamente pelo órgão competente, mediante estudos técnicos realizados em conformidade com as normas legais.

Art. 54. O manejo ambiental ou controle da fauna sinantrópica nociva, poderá ser efetuado por pessoas físicas e jurídicas devidamente habilitadas para tal atividade, desde que seja observada a legislação e as demais regulamentações vigentes.

Parágrafo único. As pessoas físicas ou jurídicas interessadas no manejo ambiental ou controle da fauna sinantrópica nociva, devem solicitar autorização junto ao órgão ambiental competente.

CAPÍTULO VII

DA PESCA

Art. 55. São de domínio público todos os animais e vegetação que se encontrem nas águas domínias.

Art. 56. É vedado:

I - pescar em épocas e locais interditados pelo órgão ambiental competente;

II - descartar resquícios, materiais, apetrechos oriundos da pesca no mar ou em corpos d'água ou em áreas de entorno sujeitas a inundações como praias e planícies fluviais;

III - provocar, pelo uso direto ou indireto de agrotóxicos ou de qualquer outra substância química, o perecimento de espécimes da fauna ictiológica existente em rios, lagoas, açudes, lagoas, balsas ou litoral cearense;

IV - praticar pesca predatória, usando instrumento proibido, explosivo, erva ou substância química de qualquer natureza.

Art. 57. Para os efeitos desta Lei, considera-se pesca todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apenhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos aquáticos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora.

Parágrafo único. Entende-se por ato tendente à pesca aquele em que o infrator esteja armado, equipado ou armado com petrechos de pesca, na área de pesca ou dirigindo-se a ela.

CAPÍTULO IX

DO USO DE ANIMAIS EM EXPERIMENTAÇÃO

Art. 58. O Poder Executivo Estadual incentivará, isoladamente ou em regime de cooperação com instituições públicas ou particulares, o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas que priorizem a substituição de modelos animais por alternativas éticas, como modelos *in vitro* e *in silico*, dentre outros métodos que possam acarretar confiabilidade nos resultados, seguindo a tendência mundial de aplicação do programa 3R, redução, refinamento e substituição.

Art. 59. Quando não houver alternativas tecnológicas que substituam os modelos animais, as instituições ou entidades com atividades de ensino ou pesquisa com animais devem apresentar métodos que garantam o seu bem-estar durante todo o período do experimento, de acordo com as normas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA.



Art. 60. As instituições autorizadas a realizar atividades de ensino ou pesquisa com animais deverão constituir uma Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA e ser devidamente credenciadas no CONCEA.

Parágrafo único. A CEUA deverá examinar previamente os procedimentos de ensino e pesquisa para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável, avaliar a qualificação e a experiência da equipe técnica envolvida nas atividades de criação, ensino e pesquisa científica e denunciar quaisquer irregularidades observadas.

Art. 61. Os biotérios dos centros e instituições com atividades de ensino ou pesquisa com animais deverão possuir um responsável técnico com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária ou no Conselho Regional de Biologia do Estado do Ceará.

Art. 62. Todo e qualquer procedimento de ensino e pesquisa que envolva o uso de animais vertebrados deve ser previamente aprovado pela CEUA da instituição, e seguir as normas estabelecidas pelo CONCEA.

Art. 63. Todas as instalações de animais destinados a criação, manutenção e experimentação deverão possuir os recursos humanos e materiais necessários a fim de poder zelar pela saúde e bem-estar dos animais.

Art. 64. O animal só poderá ser submetido às intervenções recomendadas nos protocolos dos experimentos que constituem a pesquisa ou programa de aprendizado quando, antes, durante e após o experimento, receber cuidados especiais, garantindo o seu bem-estar, conforme estabelecido pelo CONCEA.

§ 1º O animal será submetido a eutanásia, sob estrita obediência às prescrições pertinentes a cada espécie, sempre que, encerrado o experimento ou em qualquer de suas fases, for tecnicamente recomendado aquele procedimento ou quando ocorrer intenso sofrimento, obedecendo as normas do CONCEA.

§ 2º O número de animais a serem utilizados para a execução de um projeto e o tempo de duração de cada experimento será o mínimo indispensável para produzir o resultado conclusivo, poupando-se, ao máximo, o animal de sofrimento e evitando-se a repetição desnecessária de procedimentos.

Art. 65. Atividades de ensino ou de pesquisa científica envolvendo animais devem ter a menor duração que permita a obtenção dos resultados propostos.

Art. 66. É proibida a utilização de animais em práticas educacionais em estabelecimentos escolares de ensino fundamental e médio, excetuando educação profissional técnica de nível médio da área biomédica.

Art. 67. Fica proibido realizar atividades de ensino ou pesquisa com animais com fins comerciais, de propaganda armamentista e outros que não sejam de cunho científico, em conformidade com que está posto nesta Lei.

Art. 68. É vedada a reutilização do mesmo animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto de pesquisa.

Art. 69. Fica proibida a realização de testes em animais para desenvolvimento, experimentos e produção de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e seus componentes.

CAPÍTULO X DA FISCALIZAÇÃO



Art. 70. A fiscalização ambiental relativa à aplicação desta Lei será competência comum exercida pelos órgãos de fiscalização integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente – SIEMA, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 231, de 2021, e normas estaduais específicas.

Art. 71. As infrações ambientais, penalidades e procedimentos administrativos serão regulamentados por meio de instrumento legal específico.

Art. 72. O descumprimento dos preceitos contidos nesta lei ocasionará a aplicação de sanções administrativas e cíveis, sem prejuízo das sanções penais.

Parágrafo único. As multas previstas nesse artigo serão revertidas para o Fundo Estadual do Meio Ambiente – Fema, com a finalidade de implementar as políticas públicas de proteção e bem-estar animal.

Art. 73. É garantido a todos os cidadãos o direito de denunciar a ocorrência de ato ou fato caracterizador de violação à legislação, por meio dos canais de comunicação disponibilizados pelos órgãos competentes, os quais adotarão as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade.

Art. 74. É assegurado aos agentes do Poder Público designados para a fiscalização ambiental, no exercício de sua função, acesso a imóvel, estabelecimento, área, obra, ou equipamento, sejam eles públicos ou particulares, e aos seus compartimentos, mediante a apresentação de sua identidade funcional.

§ 1º O acesso do agente do Poder Público designado para a fiscalização ambiental ao imóvel habitado e de uso exclusivamente residencial fica condicionado ao consentimento de seu ocupante ou à autorização judicial.

§ 2º Havendo impedimento ou oposição ao acesso do agente do Poder Público designado para a fiscalização ambiental ao local a ser fiscalizado ou, ainda, recusa ou impossibilidade de identificar corretamente o infrator, poderá ser requisitada a presença da autoridade policial para viabilizar a diligência, assegurada a inviolabilidade do domicílio.

Art. 75. No exercício do controle preventivo e corretivo das situações que alterem ou possam alterar as condições do ambiente natural e/ou afetar o equilíbrio da fauna e sua função ecológica, cabe aos agentes que exercem a fiscalização e monitoramento:

- I – efetuar vistorias, levantamentos e avaliações em geral;
- II – avaliar as condições do local onde se encontram os animais, ressaltando as condições sanitárias, higiênicas, de luminosidade e ventilação;
- III – colher as amostras necessárias para análises técnicas e de controle;
- IV – verificar a observância das normas, padrões e parâmetros técnicos estabelecidos pela legislação;
- V – expedir notificações;
- VI – apurar a ocorrência de infrações e a procedência de denúncias;
- VII – exigir medidas necessárias para a correção das irregularidades;
- VIII – lavrar autos de infração e outros termos decorrentes da aplicação de sanções administrativas;
- IX – exercer, além de outras atividades que lhe forem designadas, aquelas previstas pela legislação ambiental vigente.

§ 1º Os agentes públicos serão responsabilizados por atos e declarações decorrentes de suas funções, sendo passíveis de punição, de acordo com o art. 154, § 4º, da Constituição do Estado do Ceará, nos casos de falta grave, dolo, culpa, omissão ou falsidade.

§ 2º O servidor público que dolosamente concurta para a prática de infrações às disposições legais ou que facilite o seu cometimento, devidamente apurado em processo administrativo disciplinar, fica sujeito às cominações administrativas e penais cabíveis, sem prejuízo da obrigação solidária com o autor, de reparar o dano ambiental a que der causa e do qual decorra o desequilíbrio da fauna ou que afete sua função ecológica.



Art. 76. Os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado deverão, sempre que possível, colaborar com a execução das atividades fiscalizadoras.


TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77. Decreto do Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 78. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos
... de ... de 2021.


Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ .. 

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	PARECER
Descrição:	PARECER À PROPOSIÇÃO N.º 125/2021 ? MENSAGEM N.º 8.739, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021		
Autor:	99986 - DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO		
Usuário assina dor:	99986 - DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO		
Data da criação:	28/09/2021 11:29:36	Data da assinatura:	28/09/2021 11:34:38



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO

PARECER
28/09/2021

À MENSAGEM N.º 8.739, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021, PROPOSIÇÃO N.º 125/2021, DO PODER EXECUTIVO

**PARECER À PROPOSIÇÃO N.º 125/2021 –
MENSAGEM N.º 8.739, DE 21 DE SETEMBRO DE
2021, QUE INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE
PROTEÇÃO ANIMAL, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

I. RELATÓRIO

Trata-se da **MENSAGEM N.º 8.739, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021, PROPOSIÇÃO N.º 125/2021**, do Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, que **INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.

Na justificativa apresentada na Mensagem, o Poder Executivo assevera que “A proposição do presente Projeto de Lei objetiva implementar Política Pública de Proteção Animal no Estado do Ceará, estabelecendo normas e diretrizes que visem à promoção do bem-estar e dos cuidados com a Fauna Silvestre e Doméstica, além do que prevendo as penas aplicáveis àqueles que praticarem abusos e maus-tratos físicos e/ou psicológicos aos animais (...)”.

E prossegue com sua justificativa: “Ressalta-se que disciplina legislativa ora proposta mostra-se em consonância com a legislação brasileira e a Declaração Universal dos Direitos dos Animais de 1978, ambos instrumentos que garante a vida e a preservação dos animais. O artigo 225 da Constituição Federal de 1988, por exemplo, é claro ao determinar que ‘todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações’”.

Outrossim, reforça a justificativa afirmando que “com a entrada em vigor da Lei Federal n.º 9605/1998, conhecida como a ‘Lei dos Crimes Ambientais’, que tipificou várias situações configuradoras de infrações ao meio ambiente, administrativas e criminais, muito se intensificou o trabalho legislativo, por parte de todos os níveis federativos, em torno de iniciativas que buscassem promover o bem-estar animal nas mais diversas situações, a exemplo: guarda responsável de animais, controle humanitário de superpopulação de cães e gatos, uso didático-científico de animais, uso de animais em circo, abate, etc”.

Finaliza o Poder Executivo: “(...) não há, hoje, no Ceará, uma lei estadual que trate sobre a questão dos animais. O que existe são legislações especiais dispendo sobre a pesca, a caça, o abate de animais, etc.,

mas nenhuma que verse sobre a Proteção e o Bem-estar da Fauna de forma específica. Nesse sentido, o Projeto de Lei em apreço visa garantir a execução das normas constitucionais, bem como tratados internacionais em que o Brasil é signatário, de forma a evitar abusos e proteger a fauna do Estado do Ceará, tanto silvestre quanto doméstica. Trata-se de uma conquista do Poder Público e da sociedade que se preocupa com o bem-estar animal, o que será um passo histórico e certo para sua efetiva implementação no âmbito do Estado do Ceará”.

A zelosa Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio de parecer, apresentou parecer **FAVORÁVEL** a regular tramitação do Projeto de Lei, por entender em perfeita harmonia com os ditames jurídico-constitucionais e de técnica legislativa.

Conforme o preceito no art. 48, I, letra “a”, do Regimento Interno desta Casa, compete à CCJR a “análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;”, sendo cabível, nesta Comissão, as análises acima elencadas.

É o relatório.

Passo a opinar.

II. DA ANÁLISE

Trata-se da **PROPOSIÇÃO N.º 125/2021 – MENSAGEM N.º 8.739, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021, QUE INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, de autoria do Exmo. Governador do Estado do Ceará.

Quanto à **INICIATIVA**, encontra-se reconhecida a capacidade postulante, uma vez que a Constituição Estadual preceitua a permissão quanto à elaboração de leis ordinárias, conforme art. 58, III. Outrossim, a reserva legal também está assentada a Constituição Estadual no seu art. 60, II:

Art. 60. Cabe iniciativa de leis:

(...)

II – ao Governador do Estado;

Bem como, no Regimento Interno desta Casa, que prescreve:

Art. 196. As proposições constituir-se-ão em:

(...)

II – projeto;

b) de lei ordinária;

(...)

E resta reconhecido o **PROCESSO LEGISLATIVO** no art. 207:

Art. 207. A iniciativa de projetos, na Assembleia Legislativa, caberá (art. 60, CE):

(...)

IV – ao Governador do Estado;

DA COMPETÊNCIA

As competências legislativas presentes no Texto Constitucional da CF1988 podem ser bem definidas como o predomínio dos interesses. Uma vez ocorrendo e prevalecendo o interesse geral e nacional, a respectiva competência será atribuída à União. Onde restringir o território do interesse, passando aquele ao âmbito regional, aí estará presente a competência concedida aos Estados. Por fim, havendo ainda um maior restrição no território do interesse, será competência dos municípios legislar sobre o eventual tema.

Outrossim, depurando as competências elencadas, há aquelas que são atribuídas aos entes federados a partir do que for residual, ou seja, aquilo que não for vedado pela Constituição Federal, sendo permitido os Estados todas àquelas competências que não forem da União, dos Municípios e comuns. Já as competências decorrentes de previsão legislativa expressa no texto da CF/88 dão aos Estados plena capacidade de organização, podendo serem regidos por suas Constituições e leis que adotarem, observados, evidente, os limites da Constituição de 1988.

Neste contexto, é presente a competência legislativa do Poder Executivo do Estado do Ceará sobre a matéria consignada na proposição apreciada, não havendo nenhum óbice sobre a iniciativa apresentada.

A CF/88 bem assenta a permissão da matéria aqui abordada, uma vez que seu art. 23 preconiza:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

Mais adiante, ainda no texto constitucional, há a ratificação da proteção que a Assembleia Constituinte reservou ao meio ambiente e seus direitos correlatos, conforme se lê:

art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(...)

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Neste sentido, o Projeto de Lei em escopo assenta a responsabilidade assumida pelo Poder Público estadual, quanto à proteção do meio ambiente, oriundo, em especial, das reservas legais presentes na CF88 e acima transcritos. Pela leitura do Projeto, conformada está a devida proteção dos animais, por meio das respectivas previsões que consentem ou vedam práticas e atos relacionados à fauna.

Outrossim, haverá, por meio de instrumento legal específico, a regulamentação das infrações ambientais, penalidades e procedimentos administrativos previstos neste Projeto de Lei.

É inegável o cabimento das diretivas assumidas pelo Poder Executivo com o intuito da preservação e enquadramento das relações com a fauna, bem como com os animais domésticos, no Estado do Ceará. É um resguardo essencial dos direitos fundamentais, assumindo uma dimensão que aperfeiçoa o ordenamento jurídico no âmbito do Estado do Ceará e está de acordo com os marcos constitucional e legal, federal e estadual.

Expendidas tais considerações, bem se percebe a sintonia entre a proposta apreciada e o ordenamento jurídico nacional e estadual, pois aqui há uma evidente necessidade da regulamentação da matéria contida nessa Mensagem do Poder Executivo.

III. VOTO

Diante do exposto, apresentamos parecer **FAVORÁVEL** ao **PROJETO DE LEI N.º 125/2021**, oriundo da **MENSAGEM N.º 8739, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021**, do **PODER EXECUTIVO**, uma vez que inexistente obstáculo constitucional e/ou legal para sua regular e regimental tramitação.

É O PARECER.



DEPUTADO GUILHERME SAMPAIO

DEPUTADO (A)